

Letramento Literário: Por Velas e Alamedas

RESUMO: Os impasses no acesso dos jovens de periferia à produção literária compõem um quadro sociocultural de exclusão que abrange não só dificuldades no entendimento de textos escritos em geral e o preço do suporte impresso mais “nobre”, o livro, como também o distanciamento geográfico em que se coloca esse objeto cultural. O livro está presente, ainda que de modo discreto, no centro e em bairros de classe média e alta das metrópoles brasileiras, mas inteiramente ausente do comércio em bairros populares. A distribuição da Coleção Leitura, da Editora Paz e Terra, em Belo Horizonte, é aqui tomada como exemplo de exclusão geocultural do letramento literário.

Graça Paulino

Doutora em Teoria Literária.
Professora Adjunta FAE/UFMG

PALAVRAS-CHAVE: Livro, leitura, letramento, exclusão geocultural

Desenvolverei aqui algumas reflexões sobre o fenômeno sociocultural que denomino impedimento geográfico-econômico do letramento literário. Para isso, começo esclarecendo o sentido que atribuo a essas duas expressões nos contextos da Sociologia da Leitura e da Literatura. A seguir, tento comprovar, a partir da análise de dados coletados em campo, a hipótese de que a negação do acesso ao livro às camadas médias e baixas da população de uma cidade grande, como Belo Horizonte, passa não apenas por estratégias editoriais elitistas, mas por distorções no mapeamento da distribuição. Isso significa que um dos pontos de estrangulamento do processo de democratização da leitura se localizaria entre a indústria e o comércio varejista, no setor intermediário representado pela rede de distribuidores de livros no País.

Usamos hoje a expressão letramento literário para designar parte do letramento como um todo, fato social caracterizado por Magda Soares como inserção do sujeito no universo da escrita, através de práticas de recepção/produção dos diversos tipos de textos escritos que circulam em sociedades letradas como a nossa. Sendo um desses tipos de textos o literário, relacionado ao trabalho estético da língua, à proposta de pacto ficcional e à recepção não-pragmática, um cidadão literariamente letrado seria aquele que cultivasse e assumisse como parte de sua vida a leitu-

ra desses textos, preservando seu caráter estético, aceitando o pacto proposto e resgatando objetivos culturais em sentido mais amplo, e não objetivos funcionais ou imediatos para seu ato de ler.

Sabemos que nem mesmo esse letramento funcional é característico da maioria da população brasileira, devido a fatores políticos e econômicos de exclusão, que vão desde a carência de comida, habitação e remédios, às vezes doados como esmolas ou favores, até a falta de acesso a uma educação escolar de qualidade. Pode parecer, então, um estranho apego ao luxo cultural essa pesquisa de condições de produção do letramento literário.

Entretanto, sabemos que nada pode ser, de forma *natural*, destinado a minorias, numa sociedade que se autodenomina democrática. Se uma minoria aprecia, por exemplo, pintura ou música erudita, tais bens simbólicos nem podem parar de ser criados nem podem ser transformados para atender forçosamente a demandas mais populares. Apenas se espera, numa perspectiva de democratização cultural, que a população possa fazer suas escolhas livremente, após obter os recursos necessários para isso, tanto em termos de formação intelectual e estética quanto em termos materiais. Reduzir o letramento da maioria dos brasileiros ao nível funcional é expropriá-la de vivências textuais não só literárias quanto filosóficas e científicas, dentre outras. Portanto, o projeto de sociedade democrática em que acreditamos envolve, como direitos de todos, mais que comida, roupa, habitação, saúde e trabalho. Envolve também educação, formação estética e ampliação constante da quantidade e qualidade dos bens culturais que a existência humana pode abarcar.

Em Tese de Doutorado defendida na UFRJ em 1990, propus a construção de uma teoria da leitura literária que se constituísse sem excluir os modos populares de ler, “ para isso dando conta da relação leitor/texto como produção apaixonada de sentidos e integrando a legibilidade como valor estético possível”. Na verdade, a Estética da Recepção alemã, especialmente através de Jauss, já se havia ocupado da tarefa de resgatar o valor da paixão na leitura literária. A relação catártica com o texto, tão mal vista pelo Estruturalismo, voltava, nos anos 70 e 80, com o aval da teoria e crítica literária, a se integrar legitimamente à experiência sensível e intelectual do leitor. Na última década do século passado, também a legibilidade dos textos deixou de ser vista como um

problema, um anacronismo ou um mero apelo de mercado, para tornar-se constituinte da escrita de vários autores respeitados pela crítica. Isso não significa, evidentemente, que os entraves à democratização da leitura literária estejam hoje todos resolvidos nas instâncias de produção. Ao menos, todavia, deixaram de ser excepcionais, no sentido negativo do termo, propostas como a de Monteiro Lobato, que queria escrever contos que dessem ao leitor vontade de sair contando histórias para os amigos. Nos *Cem melhores contos brasileiros do século*, selecionados por Italo Moriconi, já encontramos não só “Negrinha” de Lobato, como “A caolha”, de Júlia Lopes de Almeida, ao lado de contos de Machado de Assis. Acalmaram-se, pois, os ânimos experimentalistas, a ponto de tornar-se possível enxergar o valor da arte simples, adequada ao bom gosto popular.

Lembrando que não é mais possível pensar a obra literária desvinculada do objeto “livro” e de sua circulação social, Silviano Santiago, em *Vale quanto pesa*, de 1982, encara o “ridículo e deprimente” fato de no Brasil termos em torno de 60 mil compradores de livros literários para mais de 100 milhões de habitantes, e indaga em que medida isso não seria uma herança modernista, por terem os escritores revolucionários de 1922 incentivado o culto a um público reduzido, petulante e cosmopolita, como eles próprios foram. Visto como signo de *status* social, o livro que circula dentro de um pequeno grupo, o da elite intelectual e literária, quer, na melhor das hipóteses, permitir que ele se mire e se admire, num “círculo vicioso que só pode se abrir no momento em que surgir um novo e diferente leitor.”

Mas, de qualquer modo, a posição de Silviano é divergente dos simplismos populistas em certos aspectos. Para ele, se o mercado impedisse a renovação estética, fazendo com que esta caracterizasse apenas as obras destinadas a iniciados, o texto artístico seria, em conseqüência, elitista por natureza. Por isso, ele critica não só esse preconceito, como também sua associação com a idéia de que o livro seria, também inevitavelmente, um objeto caro, preservado e destinado a letrados. Tudo isso estaria ligado a uma visão pessimista das classes populares, que deveriam evoluir primeiro, para depois serem capazes de comer do “biscoito fino”.

Mesmo quando se pronuncia contrariamente ao culto refinado do livro, Silviano renega soluções equivocadas, como a do

CPC, que, no início dos anos sessenta, se apropriou do folheto de cordel para veicular junto a um público maior uma mensagem contra-ideológica. Ele afirma a indissociabilidade entre forma, conteúdo e suporte: não é possível negar um, assenhorando-se de outro. Na verdade, o que o crítico ataca é o uso de um gênero literário e suporte popular – o cordel – para politizar os trabalhadores. Mas faz questão de ressaltar que “a tentativa de se aproximar do folheto como substituto do livro, no entanto, resta válida.” Folhetos, livros de bolso em papel jornal, entre outros suportes, podem trazer para a população de menor poder aquisitivo a possibilidade de comprar crônicas, contos ou romances de Lima Barreto, Aluísio Azevedo, Conan Doyle ou Agatha Christie. Sem preconceitos de gênero literário ou de estilo.

A crítica de Silviano ao processo de elitização da literatura brasileira se historiciza quando trata da oposição entre o chamado Pré-Modernismo e o Modernismo, na maneira como trataram a relação texto/leitor: o primeiro, insistindo no prazer da leitura popular, baseada numa estética da simplicidade; o segundo, apostando na fragmentação, na tensão, no estranhamento, típicos da recepção erudita.

Silviano analisava a “estética popular” de Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, enquanto, na mesma época, eu insistia na “estética popular” de Monteiro Lobato, como paradigma de um momento literário que nada teve de “pré”, na medida em que sua proposta de relacionamento do texto com o leitor foi negada pelo Modernismo. Minha posição foi apresentada em publicação do mesmo ano, como capítulo do livro intitulado *Atualidade de Monteiro Lobato*, no qual associei o valor estético da narrativa de Lobato e de outros autores brasileiros do início do século XX a uma reinterpretação do que se denomina redundante em literatura:

A preocupação de tornar o texto mais inteligível não deve ser considerada estranha ao fazer artístico. Essa crença só se mantém para os que defendem a autonomia e a pureza de um texto acima da História. Enquanto os melhores escritores pensam assim, os leitores comuns estão condenados a consumir os piores textos, por exemplo os que utilizam o nível desejável de redundância lingüístico-formal para a mera manipulação. O texto simples pode ser um texto questionador, assim como o texto complexo pode ser um repressor. E mesmo considerando que o ideológico não seja determinante

em relação a outros componentes do texto, não é bom nem certamente inevitável que no Brasil quase todos os “best-sellers” sejam estrangeiros. Isso é jogar fora esforços tanto de Alencar quanto de Lobato, além de outros, pela constituição de um grande público leitor de literatura brasileira.(...)

(...)os pré-modernistas que optaram pela oralidade, pela história curta de ação e pelo substrato interiorano produziram obras importantíssimas na literatura brasileira, que constituem a primeira proposta de texto simples do século. O tradicionalismo de sua narrativa é, pois, funcional, e não deve ser confundido com limitação estética de quem não conseguiu produzir obras revolucionárias. Seu ponto de chegada era outro: atingir o leitor comum e seu universo avesso a mudanças radicais.

Bem, supondo que nesses últimos vinte anos se transformou, pelo menos em nome do politicamente correto campo dos Estudos Culturais, a posição de autores, críticos e editores com relação aos valores estéticos, situa-se hoje em outros territórios a pouca leitura literária dos cidadãos brasileiros. Cabe-nos indagar, por exemplo, como nossas escolas têm trabalhado para que se possa expandir o número de sujeitos envolvidos em leitura literária.

Haveria de fato leitura literária acontecendo nas escolas? Sabemos que os livros didáticos trazem textos literários. Hoje os trazem menos que há vinte anos, pois, em nome da diversidade textual, os manuais didáticos investiram em receitas de bolo, contos de luz, ofícios, instruções de uso, piadas, quadrinhos, propagandas. É sério tal investimento, mesmo porque não adiantava muito a presença exclusiva de textos literários mal tratados. Regina Zilberman e Marisa Lajolo chegaram a lamentar, em seu livro *A leitura rarefeita*, essa escolarização destruidora da leitura literária, mostrando que os grandes leitores/escritores declaravam abertamente seu gosto e preferência, desde a infância, por livros a que tiveram acesso fora da escola cheia de provas e provações. Magda Soares, no livro intitulado *A escolarização da leitura literária*, propõe alternativas de tratamento escolar menos negativo para a literatura, mostrando os equívocos e as alternativas ao alcance dos professores.

Uma questão pouco abordada até hoje pelos que tratam da democratização do letramento literário é a da circulação dos livros. Em artigo publicado na revista *Releitura* de abril de 2001, analisei as defasagens entre a literatura destinada a jovens estu-

dantes e a adultos, localizando alguns pontos decisivos que separam esses universos literários, os quais poderiam estar mais próximos, para possibilitar o trânsito livre dos leitores. Destaco especialmente as fronteiras fechadas da crítica literária, da mediação escolar e da circulação de livros. A crítica que se ocupa da literatura para crianças e jovens só disso se ocupa, enquanto outros se voltam para as obras literárias “propriamente ditas”. Isso propicia distanciamentos na avaliação da qualidade dos livros e a criação de guetos, tais como prêmios específicos para autores que se voltam para jovens leitores, embora sem reconhecimento em outros espaços da literatura. A mediação escolar autoritária, por sua vez, impede o desenvolvimento de um repertório de leituras personalizado, que se poderia estender pela vida adulta. Quanto à circulação, ressalto que os distribuidores são diferentes e transitam por diferentes espaços: uns se limitam ao escolar, outros o excluem em seu percurso. Mas cabe ainda indagar: que percurso é esse?

A grande imprensa noticiou há pouco tempo que os brasileiros tinham sido pesquisados em seus hábitos de leitura, sob o patrocínio da Câmara Brasileira do Livro, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, da Associação Brasileira de Celulose e Papel e da Associação Brasileira dos Editores de Livros. Alguns jornais afirmaram que a população não gosta de ler, outros alardearam que gosta, sim, mas não tem tempo, nem costume nem oportunidade de fazê-lo. Os dados sofreram interpretações contraditórias. E não era para menos: 62% das quase 7 mil pessoas entrevistadas afirmaram que gostam de ler, mas só a metade delas tinha lido um livro nos três meses anteriores à pesquisa. Porém, 30% é um percentual de leitores efetivos muito elevado ainda, se o ampliarmos para toda a população brasileira alfabetizada com mais de 14 anos de idade.

Seria ótimo que isso ocorresse no País, se se tratasse de um retrato estatístico do letramento literário. Acontece que os tipos de livros mais lidos já colocam em dúvida o alcance cultural das práticas de leitura: metade desses leitores lêem livros religiosos, especialmente a Bíblia; em segundo lugar aparece a leitura de quadrinhos; em terceiro, informática para homens e culinária para mulheres.

Entretanto, são 86 milhões de possíveis leitores, a maioria das classes C e D, num país em que vender 60 mil exemplares já é

consagração para um poeta ou romancista. A literatura não chega a eles como chega a nós? Sabemos que a Bíblia chega a eles por outros caminhos, menos sinuosos. Sabemos que há menos de mil livrarias no Brasil inteiro. Então, lembramos mais uma vez Lobato, não o escritor, mas o distribuidor de livros em consignação, pelos Correios. Lembramos o Lobato que afirmou só não propor a venda de livros aos açougueiros por medo de que caísse sangue no papel. Pequenos comerciantes de diversas cidades brasileiras venderam os livros de Lobato. Na década de 1920, quando o número de analfabetos era mais aterrorizante que hoje, *Urupês* vendeu mais de 30 mil exemplares. Hoje o pequeno comércio encolheu, pois o livre mercado neoliberal não é tão livre assim, beneficiando os grandes empresários. Mas ainda existe o pequeno comércio, e ele poderia ser acionado para vender livros. Por que isso não acontece?

Analisemos o caso de uma coleção de livros pequenos, brochuras em papel jornal, letras miúdas, preço médio de R\$ 3,50. Trata-se da Coleção Leitura, da Editora Paz e Terra, com sedes no Rio e em São Paulo. Trabalhamos com dados de Belo Horizonte, mais especificamente de um bairro da cidade, Caiçara, de classe média, com três nucleações de comércio varejista de pequeno porte, situadas em três locais do bairro onde é maior o afluxo de pessoas e veículos. Sem ser periferia, o bairro se situa fora da zona nobre da cidade, que é a região sul, onde estão as livrarias. As pessoas podem comprar esses livrinhos. E o pequeno comércio gostaria de vendê-los?

Para responder a essa pergunta, minha auxiliar de pesquisa e eu percorremos 34 pontos comerciais do bairro: 10 lojas de presentes e papéis; 6 bancas de revistas; 5 lojas de miudezas; 5 drogas; 2 lojas de artesanato; 1 lavanderia; 1 loja de rações; 1 de artigos para festas; 1 de filmes com revelação de fotos; 1 de comida congelada; 1 padaria e confeitaria. Foi mostrado o livro composto de três contos (Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Gabriel García Marquez) e feita a pergunta: *você aceita vender livrinhos como este, vindos num mostruário plástico, acertando no final de cada mês, com 20% de lucro?*

Dos 34 indagados, 16 responderam que sim, o que corresponde a 47% do total. A metade dos pequenos comerciantes venderia livros ainda hoje. E o maior problema não foi a negativa: 36,5% não puderam responder, pela ausência dos proprie-

tários das lojas no momento da pesquisa. Isso reduz o percentual de negativas para 16,5%.

Bem, o outro lado da moeda não é tão animador. A Distribuidora Boa Viagem foi indagada sobre seus pontos de atuação na cidade. A resposta incluiu livrarias de bairros da zona Sul, algumas livrarias do Centro e de *shoppings*. Sobre consignação, a resposta foi taxativa: no máximo venda faturada, pois assim compravam os livros da Paz e Terra. Lembrei-me ainda da L&PM, editora gaúcha que publica a coleção *Pocket*. A distribuidora é a mesma, os pontos de venda, os mesmos, o esquema de pagamento, o mesmo. Pode-se comprar os livrinhos diretamente da Editora, mas no mínimo 6 exemplares de cada título. O letramento literário se restringe às alamedas da cidade, evitando perigosas vielas sem recursos. Há 80 milhões de possíveis leitores esperando que os livros baratos cheguem perto de suas casas, para que possam vê-los, pegá-los e comprá-los. Está para nós proposto novamente, neste novo século, o desafio que Lobato venceu há quase cem anos: quem quer vender livros?

ABSTRACT: Literary literacy: through alleys and main streets

The adversity of lower classes youth of having access to the literary works charts a socialcultural picture of exclusion. It comprehends their difficulties in reading written texts in general, and the costs of its noble printed form ("the book"), as well as their geographica l distanc e from that cultural product. Books are subtly present in the city centers and in the middle and upper class neighborhoods of Brazilian main metropolitan areas, but are entirely absent of lower class commercial zones. *Coleção Leitura's* distribution by Editora Paz e Terra is taken as an example of literary literacy geocultural exclusion.

KEY WORDS: Book, cultural object; reading; literacy; geocultural exclusion.

Bibliografias

ANDRADE, Mário et al. *Os primeiros contos de três mestres da narrativa latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996;

JAUSS, H. R. *Pour une Esthétique de la Réception*. Paris: Gallimard, 1978;

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*. São Paulo: Brasiliense, 1991;

MORICONI, Italo (Org). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000;

PAULINO, Graça. *Leitores sem textos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990 (Tese);

_____. A passagem da literatura juvenil para a literatura adulta. *Releitura*. Belo Horizonte, abril 2001, n.15, p. 49-53

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000;

_____. et al. *A escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998;

ZILBERMAN, Regina (Org). *Atualidade de Monteiro Lobato*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.